

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos a 31/12/2025 e 31/12/2024 para contas patrimoniais e aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2025 e de 2024 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a dezembro de 2025, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou aumento de 6,0% em relação ao mesmo período de 2024. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 44,2 bilhões, aumento de 6,6% em relação a dezembro de 2024.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

O **lucro líquido** alcançou R\$ 562,6 milhões, apresentando um aumento de 6,4% na comparação com o mesmo período de 2024, principalmente em função do maior resultado financeiro.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024:

O total de **ativos** atingiu R\$ 7,2 bilhões, um aumento de 26,8%, principalmente devido ao aumento das aplicações financeiras.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 1,3 bilhão, alta de 28,6%, em função da integralização do lucro líquido no período.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		5.616.985	4.437.576	Circulante		5.504.322	4.318.035
Disponível.....		1.216	1.523	Contas a Pagar.....		616.935	272.281
Caixa e Bancos.....		1.216	1.523	Obrigações a Pagar.....		282.300	10.790
Aplicações	2c III, 3	5.593.634	4.423.464	Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....		2.751	1.699
Créditos das Operações de Capitalização		10	35	Impostos e Contribuições.....	2c V	326.631	259.792
Créditos das Operações Capitalização.....		10	35	Outras Contas a Pagar.....		5.253	--
Títulos e Créditos a Receber		14.314	12.429	Provisões Técnicas - Capitalização	2c VI, 4b	4.886.912	4.045.279
Títulos e Créditos a Receber.....		13.035	12.158	Provisões para Resgates.....		4.877.093	4.036.093
Créditos Tributários e Previdenciários.....	2c V, 7b I, 7c	1.279	271	Provisões para Sorteios.....		9.717	9.104
Outros Valores e Bens		7.737	--	Provisão para Receitas Diferidas.....		102	82
Outros Valores.....		7.737	--	Outros Débitos		475	475
Despesas Antecipadas		74	125	Outros Valores.....		475	475
Ativo Não Circulante		1.544.608	1.210.541	Passivo Não Circulante		390.853	345.385
Realizável a Longo Prazo		709.176	370.963	Contas a Pagar.....		390.314	344.903
Aplicações	2c III, 3	674.078	334.282	Obrigações a Pagar.....		3	1
Títulos e Créditos a Receber		35.098	36.681	Tributos Diferidos.....	2c V, 7b II	390.311	344.902
Créditos Tributários e Previdenciários.....	2c V, 7b I, 7c	24.304	25.730	Outros Débitos		539	482
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	5	10.726	10.897	Provisões Judiciais.....	5	539	482
Outros Créditos Operacionais.....		68	54	Patrimônio Líquido	8	1.266.418	984.697
Investimentos		20.901	25.047	Capital Social.....		555.163	558.295
Participações Societárias.....		12		Reservas de Capital.....		7.606	7.606
Imóveis Destinados à Renda.....		20.889	22.826	Reservas de Reavaliação.....		3.500	3.997
Intangível	2c IV	814.531	814.531	Reservas de Lucros.....		697.877	414.799
Outros Intangíveis.....		814.531	814.531	Outros Resultados Abrangentes.....		2.272	--
Total do Ativo		7.161.593	5.648.117	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.161.593	5.648.117

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2024		558.295	7.606	4.018	111.658	393.083	16.415	--	1.091.075
Realização de Reserva de Reavaliação.....		--	--	(21)	--	--	--	15	(6)
Dividendos.....		--	--	--	--	(373.529)	--	--	(373.529)
Total do Resultado Abrangente.....		--	--	--	--	--	(16.415)	528.649	512.234
Lucro Líquido.....		--	--	--	--	--	--	528.649	528.649
Adoção de Política Contábil.....	2, 2b	--	--	--	--	--	(16.415)	--	(16.415)
Destinações.....		--	--	--	--	283.587	--	(283.587)	--
Reservas.....		--	--	--	--	--	--	(245.077)	(245.077)
Dividendos.....		--	--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31/12/2024	8	558.295	7.606	3.997	111.658	303.141	--	--	984.697
Mutações do Período		--	--	(21)	--	(89.942)	(16.415)	--	(106.378)
Saldos em 01/01/2025		558.295	7.606	3.997	111.658	303.141	--	--	984.697
Aumento / (Redução) de Capital.....	8a	(3.132)	--	--	--	--	--	--	(3.132)
Realização de Reserva de Reavaliação.....		--	--	(497)	--	--	--	497	--
Total do Resultado Abrangente.....		--	--	--	--	--	2.272	562.581	564.853
Lucro Líquido.....		--	--	--	--	--	--	562.581	562.581
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		--	--	--	--	--	2.272	--	2.272
Destinações.....		--	--	--	--	283.078	--	(283.078)	--
Reservas.....		--	--	--	--	--	--	(280.000)	(280.000)
Dividendos Provisionados.....		--	--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31/12/2025	8	555.163	7.606	3.500	111.658	586.219	2.272	--	1.266.418
Mutações do Período		(3.132)	--	(497)	--	283.078	2.272	--	281.721

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2025 E 31/12/2024 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 E 2024 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itausseg Participações S.A. com participação de 99,99985% e Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAU UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Notas 3a, 2c III) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Fimdo em 31 de dezembro de 2025

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

II - Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis em períodos futuros.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da CIACAP. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração de valor, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela CIACAP, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1.

III.I. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido: no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração Consolidada do Resultado, para demais ativos e passivos financeiros.

As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 4,9 bilhões, um crescimento de 20,8%, devido ao aumento das provisões de resgate.

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2025, distribuimos o montante de R\$ 125,6 milhões em sorteios. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Títulos de Capitalização		3.762.088	3.490.728
Contribuição com Títulos de Capitalização		3.762.108	3.490.721
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio.....		2.995.737	2.689.309
Contribuição - Quotas de Carregamento.....		766.371	801.412
Variação da Provisão para Receita Diferida		(20)	7
Variação da Provisão de Resgate	4b	(2.869.977)	(2.580.931)
Variação da Provisão de Sorteio		(126.225)	(113.997)
Custo de Aquisição		(3.420)	(7.788)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		136.882	151.165
Outras Receitas Operacionais.....	6a	137.720	153.588
Outras Despesas Operacionais.....		(838)	(2.423)
Despesas Administrativas	6b	(349.083)	(361.037)
Despesas com Tributos	2c V	(44.089)	(37.857)
Resultado Financeiro	6c	442.683	307.952
Resultado Patrimonial		19.922	17.275
Receitas com Imóveis Destinados à Renda.....		16.359	17.106
Despesas com Imóveis Destinados à Renda.....		(17)	(32)
Receitas com Ajustes de Invest. em Controlada e Coligada.....		881	240
Despesas com Ajustes de Invest. em Controlada e Coligada.....		(3)	(39)
Despesas com Outros Investimentos.....		2.702	--
Resultado Operacional		968.781	865.150
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		19.474	--
Resultado antes dos Impostos		988.255	865.150
Imposto de Renda	2c V, 7a I	(234.270)	(205.947)
Contribuição Social	2c V, 7a I	(191.404)	(130.554)
Lucro Líquido		562.581	528.649
Quantidade de Ações	8a	670.963	670.963
Lucro Líquido por Ação		838,47	787,90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido	562.581	528.649
Adoção de Política Contábil.....	--	(16.415)
Variação de Valor Justo.....	--	(27.359)
Efeito Fiscal.....	--	10.944
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	2.272	--
Variação de Valor Justo.....	4.131	--
Efeito Fiscal.....	(1.859)	--
Total de Outros Resultados Abrangentes	2.272	(16.415)
Total do Resultado Abrangente	564.853	512.234

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido Ajustado		586.572	521.775
Lucro Líquido.....		562.581	528.649
Ajustes para:		23.991	(6.874)
Depreciações e Amortizações.....		17	32
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia.....		(658)	(584)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões... Constituição / (Reversão) Provisões para Contingências.....		16	684
Resultado de Equivalência Patrimonial.....		357	177
Tributos Diferidos.....		(878)	(201)
Outros.....		44.611	(6.982)
Variação nas Contas Patrimoniais		(19.474)	--
Ativos Financeiros.....		(1.505.835)	(805.374)
Créditos das Operações de Capitalização.....		25	55
Depósitos Judiciais e Fiscais.....		829	3.219
Despesas Antecipadas.....		51	(45)
Outros Ativos.....		(9.271)	5.184
Outras Contas a Pagar.....		389.182	349.976
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros....		(441)	441
Provisões Técnicas - Capitalização.....		841.633	847.724
Outros Passivos.....		(316)	(36.825)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		302.429	886.130
Imposto sobre o Lucro Pagos.....		(324.117)	(267.858)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		(21.688)	618.272
Alienação de Imóveis Destinados à Renda.....		21.394	--
(Aquisição) de Investimentos.....		(1)	(690)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento		21.393	(690)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos....		--	(618.606)
Aumento / (Redução) de Capital.....		(12)	--
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(12)	(618.606)
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2c II	(307)	(1.024)
Caixa e equivalente de caixa no início do período....		1.523	2.547
Caixa e equivalente de caixa no final do período....		1.216	1.523

NOTA 3 - APLICAÇÕES

A política contábil dos ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 2c III.

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

	Taxa Média a.a.	31/12/2025 Valor Justo	31/12/2024 Valor Justo
Fundos de Investimentos		5.371.029	4.160.905
Letras Financeiras.....		175.643	273.519
Letras do Tesouro Nacional.....		328.559	30.424
Letras Financeiras do Tesouro.....		1.419.059	2.219.105
Notas do Tesouro Nacional.....		272.073	228.357
Ações.....		121.697	49.417
Derivativos.....		424	989
Compromissadas.....		2.963.405	1.255.795
Cotas de Fundos de Investimentos.....		88.764	101.378
Contas a Receber / (Pagar).....		1.405	1.921
Títulos de Empresas		222.605	262.559
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	CDI + 3,5 %	373	1.258
Ações.....		277	418
Debêntures.....	CDI + 2 %	162.171	251.992
Letras Financeiras.....		57.476	—
Notas de Crédito.....	CDI + 1,55 %	2.308	8.891
Total		5.593.634	4.423.464
Circulante		5.593.634	4.423.464
Não Circulante		—	—

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2025 E 31/12/2024 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 E 2024 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado				
		31/12/2025	31/12/2024	
	Taxa Média a.a.	Valor Contábil Bruto	Valor Contábil Bruto	
Títulos Públicos		332.008	334.282	
Notas do Tesouro Nacional	IGPM + 12% / 10%	332.008	334.282	
Total		332.008	334.282	
Perda de Crédito Esperada		--	--	
Custo Amortizado		332.008	334.282	
Circulante		--	--	
Não Circulante		332.008	334.282	

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, se avaliados a valor justo, apresentariam em 31/12/2025 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ (34.887) (R\$ (54.308) em 31/12/2024).

d) Movimentação das Aplicações

	31/12/2025				31/12/2024	
	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	4.423.464	--	334.282	4.757.746	3.979.730	
Aplicações	2.022.418	321.897	--	2.344.315	3.632.349	
Resgate de Principal	(1.544.515)	(4.779)	(30.739)	(1.580.033)	(3.294.291)	
Resultado Financeiro	692.267	20.821	28.465	741.553	467.317	
Ajustes ao Valor Justo (no PL)	--	4.131	--	4.131	(27.359)	
Saldo Final	5.593.634	342.070	332.008	6.267.712	4.757.746	

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Valor Justo por meio do Resultado	169.488	5.424.146	--	5.593.634	154.636	4.268.828	--	4.423.464
Fundos de Investimentos	--	5.371.029	--	5.371.029	--	4.160.905	--	4.160.905
Títulos de Empresas	169.488	53.117	--	222.605	154.636	107.923	--	262.559
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	342.070	--	--	342.070	--	--	--	--
Títulos Públicos	342.070	--	--	342.070	--	--	--	--

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor Justo por meio de Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Valor Justo por meio de Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total
Classificação Interna (1)								
Baixo	5.588.993	342.070	332.008	6.263.071	4.421.862	--	334.282	4.421.862
Médio	3.518	--	--	3.518	--	--	--	--
Alto	1.123	--	--	1.123	1.602	--	--	1.602
Total	5.593.634	342.070	332.008	6.267.712	4.423.464	--	334.282	4.423.464
%	89,20%	5,50%	5,30%	100,00%	94,00%	--	6,00%	94,00%

1) Demonstra correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixa PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

A política contábil sobre capitalização está apresentada na Nota 2c VI.

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensal, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização são constituídos em séries e numerados sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

- Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.
- Provisão para Resgate (PR) - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- Provisão de Receitas Diferidas (PRD) - constituída para o diferimento de receitas dos títulos pelas sociedades de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates (PMC) e (PSP)	Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)	Provisões de Receitas Diferidas (PRD)	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial - 01/01	4.036.093	9.104	82	4.045.279	3.197.555
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	2.869.977	126.225	20	2.996.222	2.694.921
(+) Atualização financeira das provisões	290.963	72	--	291.035	173.026
(-) Resgates	(2.319.940)	(125.684)	--	(2.445.624)	(2.020.223)
Saldo Final	4.877.093	9.717	102	4.886.912	4.045.279

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões Técnicas	4.886.912	4.045.279
Fundos de Investimentos	4.703.026	3.858.425
Títulos de Empresas	--	243.281
Títulos Públicos	674.078	272.218
Garantias das Provisões Técnicas	5.377.104	4.373.924
Cobertura Excedente	490.192	328.645

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	1.266.418	984.697
Participações Societárias	(12)	(2.221)
Despesas Antecipadas	(74)	(125)
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(17.968)	(19.029)
Ativos Intangíveis (1)	(447.992)	(488.718)
Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(20.889)	(22.826)
(+/-) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros ao Custo Amortizado	(20.932)	(32.585)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	758.551	419.193
% Nível 1 sobre CMR	658,2%	449,3%
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	--	389
Superávit entre provisões exatas constituídas e fluxo real sociedades de capitalização	26.990	24.520
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b)	26.990	24.909
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias limitado a 15% do CMR	17.286	13.995
Imóveis urbanos, lmitado a 14% do ativo total ajustado	20.889	22.826
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 (c)	38.175	36.821
Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (g)	(20.910)	(22.826)
Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (h)	(7.614)	(15.081)
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 (d) = menor valor entre (g) e (h)	(20.910)	(22.826)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c) e (d)	802.806	458.097
Capital Base (e)	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Subscrição	45.487	36.899
Capital Adicional de Risco de Crédito	30.270	42.050
Capital Adicional de Risco Operacional	9.958	9.250
Capital Adicional de Risco de Mercado	65.034	32.913
Benefício da Correlação entre Risco	(35.648)	(27.816)
Capital de Risco (f)	115.101	93.296
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (e) e (f)	115.101	93.296
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	687.705	364.800

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquida da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

Produto	SUSEP	Tipo (1)	Cota de Carregamento	
			31/12/2025	31/12/2024
PIC Itaú Uniclass	15414.603701/2020-62	PM	de 4,11% a 88,16%	de 4,11% a 88,16%
PIC Itaú Agência	15414.603691/2020-65	PM	de 4,42% a 88,40%	de 4,42% a 88,40%
PIC Itaú Agência	15414.600720/2023-80	PM	de 2,52% a 86,50%	de 2,52% a 86,50%
PIC Itaú Uniclass	15414.600727/2023-00	PM	de 2,31% a 86,29%	de 2,31% a 86,29%

1) PM - Pagamento Mensal.

NOTA 5 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c VII.

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 282 (R\$ 217 em 31/12/2024) com depósito em garantia de recursos de R\$ 44 (R\$ 108 em 31/12/2024).

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensões direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros no montante de R\$ 71 (R\$ 84 em 31/12/2024) com depósito em garantia de recursos de R\$ 1.352 (R\$ 1.260 em 31/12/2024).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Legais	186	181
Total	186	181
Depósitos em Garantia de Recursos	215	807

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 84.174 (R\$ 80.529 em 31/12/2024), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 69.251: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a CIACAP são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 9.115 (R\$ 8.722 em 31/12/2024).

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outras Receitas Operacionais

Estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (315.946) (R\$ (326.521) de 01/01 a 31/12/2024), que decorrem da utilização da estrutura comum do conglomerado.

c) Resultado Financeiro

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas Financeiras		753.512	520.754
Fundos de Investimento		659.203	344.694
Títulos de Renda Fixa		89.230	144.067
Outras Receitas		5.079	31.993

Despesas Financeiras

		(310.829)	(213.162)
Atualização de Operações de Capitalização	4b	(291.035)	(173.026)
Títulos de Renda Fixa		(6.880)	(21.444)
Encargos sobre Tributos		(574)	(2.566)
Outras Despesas		(12.340)	(16.126)

Resultado Financeiro

	442.683	307.592
--	---------	---------

NOTA 7 - TRIBUTOS

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c V.

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Devidos sobre Operações do Período	988.255	865.150
Resultado Antes dos Impostos e Participações	(395.302)	(346.060)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes		

Acréscimos/Decrécimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:

Resultado Patrimonial	351	80
Incentivos Fiscais	14.628	11.616
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(45.351)	(2.137)

Total de Imposto de Renda e Contribuição Social

	(425.674)	(336.501)
--	-----------	-----------

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2024	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2025
Refletido no Resultado	19.029	(6.326)	5.265	17.968
Provisões	12.763	(87)	3.043	15.719
Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	6.222	(6.222)	2.211	2.211
Outras Provisões Indedutíveis	44	(17)	11	38
Total (1)	19.029	(6.326)	5.265	17.968

1) O saldo dos ativos fiscais diferidas contempla os efeitos ocasionados pela Lei Complementar nº 224/25 (Nota 11b), que majorou a alíquota da CSLL. Esta lei produzirá seus efeitos no tributo corrente a partir de 1º de abril de 2026.

Os Ativos Fiscais Diferidos estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 25.583 (R\$ 26.001 em 31/12/2024) e estão basicamente representados por Tributos a Compensar R\$ 7.615 (R\$ 6.972 em 31/12/2024) e por Tributos Diferidos R\$ 17.968 (R\$ 19.029 em 31/12/2024).

II - O saldo da Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2024	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2025
Refletido no Resultado	342.210	(230)	43.780	385.760
Ativos Intangíveis	325.813	--	40.726	366.539
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	16.397	(230)	2.317	18.484
Outras	--	--	737	737
Refletido no Patrimônio Líquido	2.692	--	1.859	4.551
Ajustes ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	--	--	1.859	1.859
Reserva de Reavaliação	2.692	--	--	2.692

1) O saldo das obrigações fiscais diferidas contempla os efeitos ocasionados pela Lei Complementar nº 224/25 (Nota 11b), que majorou a alíquota da CSLL. Esta lei produzirá seus efeitos no tributo corrente a partir de 1º de abril de 2026.

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		%
2026		820	4,6%
2027		811	4,5%
2028		14.280	79,5%
2029		261	1,5%
2030		255	1,4%
2031 a 2033		753	4,1%
2034 a 2035		788	4,4%
Total		17.968	100,0%
Valor Presente (1)		15.088	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2025 E 31/12/2024 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12/2025 E 2024 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)* *(Continuação)*

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração
Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades
Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.
O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Risco de Subscrição
Os riscos de Capitalização, decorrem de perdas que contrariam as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializadas nas supervisionadas SUSEP.
No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado.
Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez
I - Risco Operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.
A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em: fraude interna, fraude externa, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso, interrupção das atividades, falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI), falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.
Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado
O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).
A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.
A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.
A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.
O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.
O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

DIRETORIA			
Diretor Presidente Eduardo Nogueira Domeque	Diretores Andre Balestrin Cestare Carlos Henrique Donegá Aidar Lineu Carlos Ferraz de Andrade	Matias Granata (1) Rita Rodrigues Ferreira Carvalho	Tatiana Grecco (1) Vinicius Santana
(1) Eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 02/01/2026, aguardando homologação da SUSEP.			
Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º Andar - São Paulo - SP			

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Cia. Itaú de Capitalização
Escopo da auditoria
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Cia. Itaú de Capitalização (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Responsabilidade da administração
A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

 PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105	Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, São Paulo - SP, CEP 04538-132	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Cia. Itaú de Capitalização
São Paulo – SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cia. Itaú de Capitalização. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui obrigações oriundas dos títulos de capitalização, premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira a que estão registradas nas rubricas “Provisões técnicas – Capitalização” demonstradas nas notas explicativas n.ºs. 2 (c.VI) e 4 (b) das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas dos títulos de capitalização envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais

utilizados na mensuração das provisões técnicas dos títulos de capitalização firmados pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibalizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Provisões Técnicas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas referidas notas explicativas às demonstrações financeiras.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Continuação)*

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de

auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. Paula Colodete Lucas
CRC-2SP034519/O Contadora CRC- SP290864/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>